

Arroz, protagonismo africano e a transformação ecológica das Américas

Rice, African agency, and the ecological transformation of the Americas

Judith A. Carney¹  | Case Watkins¹ 

¹University of California Los Angeles. Los Angeles, Califórnia, EUA

²James Madison University. Virgínia, EUA

Resumo: A publicação em 2001 do livro “Black rice: The African origins of rice cultivation in the Americas” desencadeou um animado debate entre acadêmicos dos EUA. A sua tese é de que os escravos africanos contribuíram para a história agrária do Novo Mundo muito mais do que com o mero trabalho. Segundo “Black rice”, foram os cultivadores de arroz oriundos da África ocidental que iniciaram a cultura do arroz nas Américas, onde aplicaram a sua experiência com a espécie africana de arroz na produção de um de seus alimentos básicos preferidos. Este texto resume o debate acadêmico que resultou da publicação de “Black rice” e avalia as suas influências teóricas e metodológicas evidenciadas em estudos subsequentes do conhecimento e protagonismo africanos na transferência e na transformação de plantas, paisagens, agricultura e gastronomia nas Américas. O artigo culmina com uma atualização da tese do “Black rice” a partir dos resultados de pesquisas acumulados nas últimas duas décadas.

Palavras-chave: Arroz africano. Agricultura colonial. História ambiental. Escravidão. Botânica.

Abstract: The publication in 2001 of “Black rice: The African origins of rice cultivation in the Americas” ignited a spirited debate among U.S. scholars with its thesis that enslaved Africans contributed more than mere labor to the agricultural history of the New World. “Black rice” credits enslaved rice growers from West Africa with initiating the crop’s cultivation in the Americas, where they applied longstanding expertise with the African species of rice to establish a preferred dietary staple. This article summarizes the academic debate that ensued from the publication of “Black rice”, and explores its theoretical and methodological influences in subsequent studies of African knowledge and agency in transfers and transformations of plants, landscapes, agricultures, and foodways in the Americas. The article culminates with an update of the “Black rice” thesis surveying research findings accumulated over the past two decades.

Keywords: African rice. Colonial agriculture. Environmental history. Slavery. Botany.

Carney, J. A., & Watkins, C. (2021). Arroz, protagonismo africano e a transformação ecológica das Américas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(2), e20200089. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0089

Autora para correspondência: Judith A. Carney. University of California Los Angeles. Box 951524. Los Angeles, Califórnia, EUA. 90095-1524 (carney@geog.ucla.edu).

Recebido em 25/07/2020

Aprovado em 25/01/2021

Responsabilidade editorial: Márcio Henrique Couto



Em 2010, o “American Historical Review” publicou um fórum especial intitulado “AHR Exchange: The question of ‘Black Rice’”. O fórum surgiu em resposta a um debate animado iniciado por historiadores na sequência da publicação, em 2001, do livro “Black rice: The African origins of rice cultivation in the Americas” (Carney, 2001). A obra de Carney (2001) afirma que os africanos vinham cultivando uma espécie de arroz por eles domesticada de forma independente pelo menos um milênio antes do início do comércio transatlântico de escravos. Com os seus conhecimentos e competências, eles foram os pioneiros na introdução dessa cultura nas sociedades e *plantations* no Novo Mundo. A crença típica de que os europeus introduziram o arroz na África ocidental e depois trouxeram o conhecimento do seu cultivo para as Américas, argumenta o livro, é uma falácia primária destinada a ocultar as origens da cultura e o papel dos africanos e afro-americanos escravizados na transferência de sementes, competências técnicas e práticas culturais que estiveram na base do seu estabelecimento nas Américas.

“Black rice: The African origins of rice cultivation in the Americas” tratava-se de uma questão metodológica, nomeadamente as abordagens e os métodos que podiam contar como fontes de evidência na reconstituição dos antecedentes culturais dos primórdios do arroz no Novo Mundo. Assim, o livro pede aos leitores que ponderem como o arquivo histórico pode ser complementado por uma perspectiva geográfica baseada na comparação intercultural de conhecimentos e práticas do cultivo do arroz durante o período da escravidão transatlântica. Este texto resume o debate acadêmico que resultou da publicação de “Black rice” e, em seguida, avalia a influência metodológica e teórica do livro nos trabalhos subsequentes sobre o protagonismo africano nas transformações ocorridas no Novo Mundo. O artigo culmina com uma atualização da tese do “Black rice”, realçando os resultados de pesquisas acumulados nas últimas duas décadas.

A TESE

Num artigo publicado antes do fórum no “American Historical Review”, os historiadores David Eltis, Philip Morgan e David Richardson rejeitaram a tese do “Black rice” e sua metodologia geográfica (Eltis et al., 2007, 2010; Eltis & Richardson, 2010). Com os cálculos derivados da sua justamente célebre base de dados históricos das viagens transatlânticas, esses autores argumentaram contra a existência de antecedentes africanos no cultivo de arroz nas Américas. A base de dados é indiscutivelmente uma conquista louvável: registra mais de 36.000 viagens de escravos a partir de documentos coletados em arquivos do mundo inteiro. Mas de maneira alguma ela poderá ser considerada exaustiva: os registros são especialmente escassos referentes ao período formativo do desenvolvimento das *plantations*, altura em que o arroz e os africanos escravizados foram trazidos para as Américas. Ao tentarem aplicar dados quantitativos das viagens dos escravos a uma questão histórica inerentemente qualitativa, os autores reafirmaram o primado dos registros escritos na discussão sobre o legado dos povos cujas histórias são mal documentadas e que, na sua maioria, o foram por aqueles que subordinaram esses povos (Hall, 2010).

O fórum da “American Historical Review” (AHR Exchange: The question of “Black Rice”, 2010) provocou controvérsia pública ao solicitar comentários de três historiadores distintos, os quais replicaram Eltis, Morgan e Richardson. O primeiro comentário, de Max Edelson, advertiu acadêmicos no sentido de evitarem a implantação de “... estatísticas implacáveis num processo de transmissão cultural inferida que podia deixar apenas traços mínimos nos arquivos, dado que o registro documental omite os pontos de vista africanos”¹ (Edelson, 2010, p. 129). Hawthorne (2010b) pediu o reconhecimento das contribuições africanas e europeias à orizicultura colonial, enquanto Hall (2010) advertiu aos acadêmicos que usassem bases de dados históricos ‘com sensatez e espírito judicioso’,

¹ Tradução nossa.

tendo em consideração as limitações dessas bases. Caso contrário, "... quando acadêmicos exageram as questões que podem ser respondidas por um banco de dados, mas criticam o trabalho de outros através do uso de cálculos irrelevantes"², esses esforços podem tornar-se uma ferramenta 'inflexível', que pereniza pesquisas e questões ultrapassadas e não permite o surgimento de novas (Hall, 2010, p. 148). Mas, em resposta, Eltis et al. (2010) cederam pouco terreno e só admitiram que os seus argumentos não tinham como objetivo negar o conjunto das reivindicações da ação africana no contexto da diáspora. Dois anos depois, um texto de Alpern (2012), especialista em fontes primárias africanas, retomou o debate e confirmou a tese de "Black rice", refutando muitas das alegações feitas na crítica dos historiadores. Sua resposta se destaca como uma análise fundamentada dessa tese e das suas deliberações subsequentes.

A tese de "Black rice" continua a animar o debate histórico sobre a natureza do intercâmbio e da inovação no antigo mundo atlântico. A estrutura conceitual multi- e interdisciplinar do livro e a sua abordagem metodológica tendem a admitir e ao mesmo tempo desafiar as críticas derivadas de disciplinas consideradas isoladamente. A preocupação quanto à metodologia central continua relacionada com o fato principal de os africanos escravizados terem sido colocados numa relação de poder extremamente desequilibrada vis-à-vis àqueles que dominavam as sociedades racializadas nas quais estavam presos. Estudos sobre a experiência e as contribuições africanas nas sociedades do Novo Mundo foram prejudicados pela reticência de muitos historiadores em aceitar formas de evidência para além dos "...documentos escritos em papel"³ (Hawthorne, 2010b, p. 153). Mas essa hesitação realça um problema persistente: só porque algo não está registrado num documento histórico ou inserido num banco de dados não constitui evidência de que não tenha

acontecido. Como aconselha Sluyter (2012, p. 219), "... os documentos preservados no arquivo [colonial] emergiram das próprias relações sociais em investigação e não podem ser isolados delas, ser uma testemunha imparcial ou julgar os fatos de sua própria emergência"⁴. Existem documentos, escritos e não escritos, que ainda podem ser encontrados e estudados, e existem informações importantes noutros lugares e que nunca foram pesquisadas por acadêmicos. Quando só registros de arquivo são autorizados a falar sobre a vida dos historicamente não representados, debates acadêmicos podem colocar formas de evidência não tradicionais e tradicionais numa oposição contraproducente umas com as outras.

Apesar da dissensão nos debates acadêmicos, os estudos sobre o patrimônio coletivo do mundo atlântico continuam a efetuar-se em novas direções. As revoltas sociais da década de 1960 das quais faz parte o influente movimento dos direitos cívicos dos negros e outras minorias raciais alimentaram o interesse pela vida de pessoas comuns, e não apenas das elites privilegiadas. Consequentemente, esses movimentos encorajaram uma nova geração de acadêmicos a oferecer histórias mais inclusivas do passado. A história social procurou ampliar o mapa de conhecimentos, dando voz aos pobres, a pessoas privadas de direitos, imigrantes, mulheres, minorias raciais e religiosas e outras populações marginalizadas, consultando fontes não tradicionais, tais como registros judiciais, testamentos e testemunhos, histórias orais, genealogias familiares e diários. A tendência democrática de contar a história de baixo para cima também influenciou os estudos do meio ambiente e das transformações agrárias.

A história ambiental examina a interação humana com o mundo natural ao longo do tempo, bem como as formas como as pessoas moldam o meio ambiente e são moldadas por ele. Com origens na ecologia e na

² Tradução nossa.

³ Tradução nossa.

⁴ Ver também Trouillot (1995) e Watkins (2020, pp. 154-156).



geografia, o foco é posto nos panoramas resultantes das interações humanas com o meio ambiente. Como campo de investigação, a história ambiental presta-se ao estudo transcultural, uma vez que as paisagens são profundamente moldadas pela cultura, migração humana, relações de poder e redes imperiais. Estudos ambientais das antigas sociedades de *plantation* têm incentivado uma perspectiva atlântica transnacional que considera a metrópole e a colônia, regimes laborais, áreas de proveniência de migrantes e fundos de conhecimento cultural que tenham viajado por paisagens marinhas do mundo atlântico. Temas de interconexão, circulação, encontro e intercâmbio têm-se entrelaçado através da recente pesquisa multidisciplinar do mundo atlântico (Cañizares-Esguerra & Breen, 2013).

OS MÉTODOS

Uma vez que os registros históricos revelam, na melhor das hipóteses, um palimpsesto da presença africana nas Américas, o desafio enfrentado por estudiosos da diáspora africana é a construção de abordagens metodológicas que permitam a exploração de encontros interculturais e da formação de conhecimentos no início do mundo atlântico (Schiebinger, 2005; Carney & Rosomoff, 2009; Knight, 2010; Landers, 2010; Wheat, 2016; Watkins, 2021). A intenção não é de substituir a esparsa existência da palavra escrita, mas sim de complementá-la. Através de um foco múltiplo em termos de ambiente e localização, o “Black rice” explorou os repositórios de conhecimentos que jogaram um papel no período formativo do desenvolvimento das *plantations*. Ao identificar os microambientes cultivados com arroz, juntamente com os métodos de cultivo, descasque e culinária que caracterizaram a cultura do arroz no Novo Mundo, a intenção era fornecer uma estrutura objetiva, com o fim de analisar a história atlântica dessa planta. O estudo comparativo chamou a atenção para uma região do mundo – África ocidental – onde uma

espécie separada de arroz, *Oryza glaberrima*, tinha sido domesticada no milênio anterior ao comércio transatlântico de escravos⁵. A metodologia demonstrou claramente que os produtores de arroz escravizados da África ocidental possuíam as competências necessárias para que a cultura se instalasse firmemente nas Américas, apesar de o arroz asiático, de maior rendimento, ter acabado por substituir a espécie africana nas *plantations*. Esta descoberta refutou uma metanarrativa de longa data, que atribuía os primórdios do arroz unicamente à engenhosidade dos escravagistas europeus e às sementes da Ásia. À medida que o arroz surgia como cultura de *plantation*, esse enredo eurocêntrico incorporou o processo de criouliização agrária em andamento, enquanto os proprietários das *plantations* introduziam métodos inovadores de controle de água e descasque mecânico.

O arroz não foi a única colheita de alimentos africanos que apareceu pela primeira vez nas sociedades escravistas do Novo Mundo. Os contextos em que ocorreu a difusão das culturas exigem uma mudança no foco da pesquisa dos produtos atlânticos – as culturas de exportação produzidas por escravos – para os alimentos que eles plantavam para o seu sustento diário. Esta nova ênfase na subsistência chama a atenção para o significado dos alimentos cultivados na África em apoio à prática do comércio de escravos; o navio negreiro como instrumento de introdução de culturas africanas; e a parcela de terreno usada como base inicial da produção de alimentos dos escravos (Carney & Rosomoff, 2009). A pesquisa fornece informações sobre a história do arroz e a dinâmica do tráfico de escravos que não haviam sido analisadas anteriormente.

Uma análise dos registros escritos sobre os alimentos produzidos pelos escravos para a sua própria subsistência suscita alguns comentários surpreendentes de testemunhas históricas. Proprietários de escravos, naturalistas e visitantes de sociedades de *plantation*

⁵ Enquanto a espécie de arroz *Oryza glaberrima* foi domesticada e originalmente cultivada na África ocidental, principalmente no delta interior do rio Níger e nos estuários de mangal ao longo da costa atlântica, a espécie asiática *Oryza sativa* espalhou-se ao longo da costa oriental africana, isto é, do oceano Índico, incluindo o atual Moçambique e a ilha de Madagascar.

descobriram nos lotes de subsistência novas culturas que, segundo eles afirmaram, tinham sido introduzidas por escravos. Entre as culturas mencionadas, destacam-se o inhame, o sorgo, o milho-miúdo, o sésamo, o feijão-frade, a ervilha-de-angola, a noz-de-cola, o óleo de palma (azeite de dendê) e o quiabo. Quando figuras históricas proeminentes, como Piso e Marggraf (1648), Sloane (1707) e Jefferson (1832 [1781]), fizeram essas observações há séculos atrás, eles não sabiam na altura, como é sabido hoje, que a maioria dessas plantas tinha sido domesticada na África (Grimé, 1979; Carney & Rosomoff, 2009). Não obstante, essas observações são surpreendentes porque atribuem espontaneamente a introdução dessas culturas aos africanos escravizados.

Os escravizados plantavam culturas alimentares nos interstícios situados nas paisagens das *plantations*, nomeadamente nos pequenos quintais que cercavam as suas humildes habitações, assim como em terras marginais e solos empobrecidos, inadequados para a produção de exportação. Foram nesses espaços de culturas de subsistência que os naturalistas e os proprietários de escravos encontraram plantas cuja introdução atribuíram aos escravos. Sem palavras nas suas próprias línguas para designar esses alimentos desconhecidos, as sociedades de *plantation* adotaram os nomes usados por quem as plantava. Desta forma, muitos nomes de alimentos africanos entraram nas línguas coloniais do Novo Mundo. A palavra *yam* em várias línguas africanas é inhame, tal como o é no português brasileiro. O nome na América de língua espanhola é *ñame* e *yam* nas colônias inglesas e holandesas. *Okra* e *quiabo* são palavras de empréstimo para o conhecido legume africano *gumbo* (outra palavra africana). Da mesma forma, o *ackee* (fruta africana componente do prato nacional da Jamaica) e *bissy* (noz de cola) nas Caraíbas de língua inglesa são palavras de empréstimo da língua Akan. No sudeste dos Estados Unidos, o sésamo é conhecido por *benne*, da língua wolof da Senegâmbia. O português do Brasil apropriou-se das palavras bantu – e.g. *dendê* para o óleo (ou azeite)

de palma e *guandu* para a ervilha-de-angola (Grimé, 1979; Cassidy & Le Page, 2002; Schneider, 1991). Tais empréstimos linguísticos oferecem evidências indiretas do papel dos escravizados no estabelecimento dessas culturas.

O significado dos alimentos cultivados na África para o tráfico transatlântico de escravos e o papel dos navios negreiros no transporte desses alimentos básicos para as sociedades de *plantation* tornam-se explícitos na geografia histórica de outro alimento que os comentadores das sociedades inglesas de *plantation* atribuíram à introdução feita por escravos. O amendoim, originalmente oriundo da América do Sul na época pré-colombiana, ainda não havia, por exemplo, chegado à área das Caraíbas, onde a Inglaterra posteriormente criou colônias, mas foi introduzido pelos portugueses no início do século XVI na África ocidental, onde foi imediatamente adotado nos sistemas alimentares regionais (Sauer, 1993). A partir daí, o amendoim chegou às sociedades inglesas de *plantation* como sobras de provisões de navios negreiros.

Hans Sloane, que fundou o Museu Britânico, passou os anos 1687-1689 na Jamaica, onde descreveu a nova 'noz da terra' que "foi trazida da Guiné nos Navios Negreiros, para alimentar os negros durante a viagem da Guiné para a Jamaica" (Sloane, 1707, p. 184). Seu contemporâneo e naturalista Henry Barham, cujo primeiro contato com o amendoim foi num terreno de cultivo de alimentos para escravos, elucida porque considera a planta uma introdução de escravos: "O primeiro que eu vi crescer foi na plantação de um negro, que afirmou que crescia em grande abundância no seu país. E eles agora crescem muito bem na Jamaica" (Barham 1794, p. 145). Ele usou os nomes africanos, *pindalls*, *gub-a-gubs*, para a noz da terra (Barham, 1794, pp. 145-146). Ela ainda é conhecida por *pindars* ou *goobers* em antigas áreas de plantação inglesas. O amendoim era um dos muitos alimentos tropicais cultivados na África que os capitães dos navios negreiros compravam como provisões para os seus cativos. Era um alimento particularmente

apreciado como abastecimento em viagens de escravos porque a noz podia ser consumida crua ou fervida. A associação explícita de Sloane (1707) e Barham (1794) a culturas novas, transportadas como mantimentos nos navios negreiros e plantadas em parcelas de terreno de escravos, sublinha porque é que muitos observadores das sociedades de *plantation* atribuíram a sua introdução aos africanos escravizados. Mas essa atribuição ainda não esclarece como é que os escravos tiveram acesso a esses alimentos, a fim de plantá-los para subsistência. Neste processo, o registro escrito é silencioso.

O comércio transatlântico de escravos introduziu várias outras plantas africanas que permanecem essenciais nas expressões culturais afro-brasileiras, incluindo a palmeira africana (dendê) e uma grande diversidade de pimentas africanas. A partir do século XVI, os navios negreiros estocavam rotineiramente óleo de palma africano (ou seja, azeite de dendê) e pimentas, especialmente malagueta (*Aframomum melegueta*), para condimentar e enriquecer os vários mingaus que sustentavam as cargas humanas na 'Passagem do Meio' (Watkins, 2021). O botânico flamengo Clusius (1605, p. 57) descreveu o óleo de palma como um tempero a bordo dos navios negreiros portugueses que partiam de São Tomé em 1598. Um século depois, o negreiro britânico Phillips (1732, p. 229) temperava mingaus para alimentar os prisioneiros a bordo de seu navio “com um pouco de sal, malagueta e óleo de palma, para saborear”⁶.

Europeus envolvidos em *plantations* coloniais no Caribe descreveram a palmeira africana e seu azeite nos séculos XVII e XVIII. O plantador de açúcar Ligon (2011, p. 102) descreveu um “óleo negro” em Barbados na década de 1640. Sloane (1707, p. 114) identificou o unguento de Ligon (2011) como sendo óleo de palma, e ele mesmo observou palmeiras de óleo africanas (dendezeiros) na Jamaica duas décadas depois. O botânico Jacquin (1763,

pp. 280-282) atribuiu à palmeira seu binômio científico em 1763, com base em observações, não na sua África nativa, mas na Martinica nas Antilhas francesas. Cinco anos depois, Miller (1768, não paginado) afirmou, na oitava edição de seu “The Gardeners Dictionary”, que os dendezeiros africanos foram “... primeiro transportados da África para a América pelos negros... Agora as palmeiras encontram-se em abundância na maior parte das [Índias ocidentais], onde os negros têm o cuidado de propagá-las”⁷. Finalmente, um relato geral da Jamaica publicado pelo plantador e administrador colonial britânico Long (1774, p. 740) afirmava que a palmeira africana era “cultivada principalmente pelos negros”. A documentação europeia confirma, assim, a introdução do dendê e de muitas outras plantas domesticadas na África. No entanto, as menções a essas plantas não se referem ao protagonismo africano, mas tratam delas como curiosidades que fazem parte da escravidão africana. Assim, para aprender mais sobre os processos do estabelecimento e desenvolvimento dessas culturas nas Américas, devemos expandir o arquivo atlântico para além da documentação colonial escrita (Sweet, 2014).

Em resposta a esta questão, uma abordagem promissora é feita através da incorporação, de modo inovador, de metodologias de diversas tradições disciplinares. Isso permite aos acadêmicos considerarem outros ‘textos’, além dos definidos como história escrita. Nos anos que se seguiram à publicação de “Black rice”, alguns exemplos ilustram a influência do livro e também o potencial e a relevância da sua abordagem metodológica.

O estudo de Fields-Black (2008) sobre o cultivo de arroz pré-colonial na costa do mangal da África ocidental e sua influência nos sistemas orizícolas da Carolina, “Deep roots: Rice farmers in west Africa and the African diaspora”, combina dados etnográficos e linguísticos com descobertas arqueológicas para superar uma deficiência do registro

⁶ Tradução nossa.

⁷ Tradução nossa.

escrito (Fields-Black, 2008). Da mesma forma, o historiador Hawthorne (2003, 2010a) cruza histórias orais e fontes arquivísticas para demonstrar como alguns grupos étnicos da região da Costa da Alta Guiné responderam ao comércio transatlântico de escravos, transferindo a produção de alimentos para zonas inacessíveis de mangal e porque é que proprietários de fazendas na Amazônia, Brasil, procuravam escravos de arroz dessa região.

Sluyter (2012) analisou as contribuições dos afrodescendentes para a introdução e criação do gado bovino em sociedades coloniais nas Américas, incluindo Nova Espanha, Louisiana, Caribe e Argentina. Ele complementou uma leitura atenta dos arquivos coloniais com cultura material, fontes cartográficas raras, 'vestígios' de paisagens e histórias orais. Reunindo registros e imagens raros, Duvall (2019) analisou mil anos de documentação e de discursos e estabeleceu uma meticulosa geografia histórica da maconha no continente africano e em sua diáspora.

No Brasil, estudos de e com comunidades quilombolas estão enriquecendo nosso conhecimento sobre as mudanças botânicas e ecológicas (ver Carney & Voeks, 2003; Adams et al., 2013; Carney, 2017, 2021; Steward & Lima, 2017; Voeks, 2018; Watkins, 2021). Enquanto apontam caminhos promissores para o futuro, essas pesquisas resgatam o protagonismo africano negado há muito tempo nas histórias e geografias coloniais e pós-coloniais do país. No caso do dendê, Watkins (2015, 2020, 2021) baseou-se na etnografia, interpretação de paisagens, relatos de viajantes e análise geoespacial para reconstruir a evolução das paisagens, culturas e economias na Bahia. Estendeu-se muito além dos textos escritos para investigar o protagonismo dos afrodescendentes nas transformações afro-brasileiras e o seu papel no Brasil contemporâneo.

Estas abordagens dos conhecimentos etnobotânicos africanos atingiram maturidade com uma obra editada por Voeks e Rashford (2013). Através de quatorze capítulos representando dezenove contribuintes e pelo menos oito disciplinas acadêmicas diferentes, esse trabalho coletivo faz uma defesa vigorosa da etnobotânica afro-americana.

Dessas e outras obras baseadas em 'textos' inovadores de pesquisa sobre a história e a geografia do Atlântico, contam-se obras de arte, interpretações de paisagem, cultura material, linguística, arqueologia histórica, literatura e genética. Juntas, estas tradições de pesquisa tão diversificadas constituem fontes fundamentais de informação para a produção de conhecimentos sobre influências culturais na história agrária do Novo Mundo, até então ofuscadas ou ausentes do registro escrito (Offen, 2018).

Publicado em 2009, "In the shadow of slavery: Africa's botanical legacy in the Atlantic world", o livro subsequente de Carney e Rosomoff (2009), baseia-se nas teorias e métodos do "Black rice" e fornece um tratamento mais amplo do protagonismo africano nas transformações botânicas do Novo Mundo. Para além do caso do arroz, a obra analisou imagens e outras fontes e demonstrou grande eficácia na abordagem de questões históricas. Oferecemos aqui uma breve análise de imagens para exemplificar um dos aspectos das abordagens metodológicas em discussão. A Figura 1 é um quadro do início do século XIX que representa um navio negreiro francês. O registro escrito de viagens negreiras menciona que as mulheres escravizadas eram separadas dos homens por uma barricada, que se estendia através do convés do navio, como mostra a imagem.

As mulheres eram colocadas perto da área de cozinha do navio. Diários dos capitães dos navios de escravos indicam que mulheres ajudavam na preparação das refeições. Documentos de arquivo também revelam que os capitães dependiam consideravelmente de alimentos cultivados na África para aprovisionar o cruzamento do Atlântico.

Entre os alimentos básicos cultivados por africanos como parte da sua dieta, destacam-se cereais, como arroz, sorgo e milho-miúdo, que eram comprados em casca ou descascados. A distinção entre o grão descascado e em casca é bastante importante. Qualquer grão comprado em casca exigia um descasque manual durante a viagem marítima, a fim de prepará-lo para consumo humano.



Figura 1. Transporte de negros das colônias. Litografia em cores por Prétéxtat Oursel, inícios de 1800. Reimpresso com a autorização de Musée d'Histoire, Saint-Malo, França. Foto: Michel Dupuis, Ville de Saint-Malo (inícios de 1800?).

A Figura 2 é uma imagem do século XVIII do navio negreiro dinamarquês Fredensborg. Uma análise aprofundada desta pintura revela um detalhe que muitas vezes não é mencionado em relatos históricos de viagens negreiras.

Esta imagem mostra mulheres africanas no convés do navio negreiro. Elas estão envolvidas nas tarefas de descasque ou 'pilagem' manual de grão, a qual até hoje em dia na África continua sendo um trabalho feito por mulheres. Não sabemos se as mulheres estão a pilar sorgo, milho ou arroz. Entretanto, nenhuma dessas culturas africanas existia nas Américas antes da chegada dos europeus e dos africanos. A área de destaque na imagem mostra claramente duas mulheres escravas a segurarem pilões e a descascarem grãos à maneira tradicional africana, num pilão de madeira. O que desperta o interesse acadêmico nesta imagem é a ilustração da necessidade de

descascar o cereal manualmente num navio escravo. Isso indica que o capitão do navio comprou o grão em casca, o que, nesse estado, é impróprio para consumo. Esse detalhe é significativo porque, se não fosse descascado, todo o grão que restasse de uma viagem de escravos poderia potencialmente servir de sementeira para cultivo. Enquanto a maioria das viagens dos navios negreiros não terminava com excedentes de provisões, algumas ocasionalmente as tiveram. E quando isso acontecia, davam oportunidade às escravas para obter sementes e propágulos de culturas com que estavam familiarizadas.

Este possível cenário do movimento das culturas africanas dos navios negreiros para as parcelas de culturas alimentares dos escravos certamente corresponde às histórias orais dos primórdios do arroz que os descendentes de escravos fugitivos contam em muitas comunidades

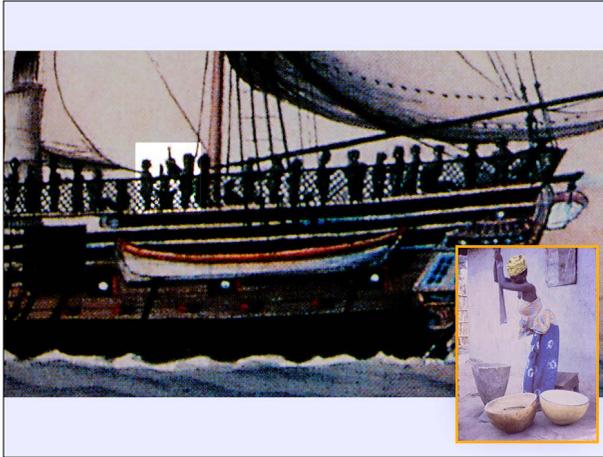


Figura 2. Detalhe de uma pintura do navio negreiro dinamarquês, Fredensborg II, ca. 1785. O destaque foi acrescentado. Reimpresso com permissão do The Danish Maritime Museum, Helsingør, Dinamarca. Foto: Judith Carney (1984).

quilombolas em todo o nordeste da América do Sul. As entrevistas de Judith Carney com quilombolas nos estados brasileiros do Amapá, Pará e Maranhão fazem eco com o que o botânico francês André Vaillant observou em 1938 (Vaillant, 1948; Carney, 2004). Enquanto coletava arroz das comunidades quilombolas ao longo da fronteira do Suriname e da Guiana Francesa, foi-lhe informado que mulheres escravizadas tinham trazido arroz da África escondido no cabelo. Na versão quilombola do Brasil, o navio negreiro com restos de arroz no armazém é fulcral nesta narração: quando uma mulher escravizada desembarca do navio negreiro, ela apanha grãos de arroz e esconde-os no cabelo. As sementes preciosas escaparam à detecção e, por meio dessa ação furtiva e deliberada, os quilombolas começaram a cultivar o arroz. É significativo o fato de histórias dos quilombolas situarem os primórdios do arroz em torno dos navios escravos, excesso de provisões e ação de uma mulher escrava africana (Carney, 2004).

Sem eu ter me dado conta enquanto pesquisava o “Black rice”, o escritor uruguaio Eduardo Galeano havia criado uma outra versão da história oral quilombola,

enquanto pesquisava a sociedade escrava de Suriname. O segundo volume de sua famosa trilogia, “Faces and masks: Memory of fire” (Galeano, 1987), exprime claramente o papel essencial das mulheres na subsistência e liberdade dos quilombolas:

Suriname, 1711: elas trazem vida nos seus cabelos Mesmo com todos os negros crucificados ou pendurados em ganchos de ferro presos pelas suas costelas, as fugas das quatrocentas *plantations* costeiras de Suriname nunca param. No fundo da selva, um leão preto adorna a bandeira amarela dos fugitivos. Por falta de balas, as suas armas disparam pequenas pedras ou pedaços de osso; mas os matagais impenetráveis são os seus melhores aliados contra os colonos holandeses. Antes da fuga, as escravas roubam grãos de arroz, milho e trigo, sementes de feijão e abóbora. Os seus enormes penteados servem de celeiros. Quando chegam aos refúgios na selva, as mulheres agitam suas cabeças e assim fertilizam a terra livre (Galeano, 1987, p. 8)⁸.

As trajetórias das culturas africanas na era da *plantation* estavam indelevelmente ligadas à instituição e aos processos do comércio transatlântico de africanos. Os navios negreiros transportavam alimentos africanos como provisões para os escravizados. A partir dos aprovisionamentos que de vez em quando sobravam das viagens de escravos, os africanos escravizados tiveram acesso às sementes e aos tubérculos de alimentos das suas terras de nascença. Nos seus minúsculos terrenos de subsistência, eles fomentaram o cultivo desses alimentos para sua própria subsistência. E foi exatamente nessas parcelas que os naturalistas e os proprietários de escravos descobriram essas plantas. Às vezes, como provavelmente ocorreu com o arroz, os donos das *plantations* reconheceram o potencial comercial de uma planta e orientaram o seu cultivo como mercadoria. Em outros casos, como o do dendê na Bahia, os negros escravizados conduziram uma ampla transformação cultural-ecológica-econômica com efeitos muito além das *plantations*, e que permanece proeminente nas paisagens e sociedades contemporâneas (Watkins, 2021).

⁸ Tradução nossa.

Uma característica crítica da migração humana em todo o mundo é a continuidade das preferências alimentares tradicionais através do espaço e dos deslocamentos da geografia (Carney & Rosomoff, 2009). O fato de a migração de mais de doze milhões de africanos ter sido imposta através de violência e privação extremas não diminuiu esse desejo universal, nem impediu a possibilidade de alcançá-lo. As plantas africanas permitiram aos escravizados restabelecerem algumas tradições alimentares com base em heranças culturais específicas e encontrarem novas formas de combinar os seus ingredientes com os alimentos dos ameríndios e dos europeus. Desta forma, os escravos quebravam discretamente a monotonia dos regimes alimentares impostos pelos donos de escravos e moldavam profundamente os alimentos das sociedades de *plantation*. Através dos pratos que as cozinheiras escravizadas preparavam para seus mestres, os alimentos africanos chegavam sorrateiramente às mesas dos proprietários e plantadores (Wilson, 1964; Cascudo, 2011). Desta forma, as introduções das culturas africanas encorajaram – e hoje são celebradas – as diferentes culinárias regionais que finalmente se desenvolveram dentro das sociedades de *plantation*. O legado botânico da África nas Américas é construído sobre esta base não reconhecida.

A TESE AVANÇA

Nos últimos anos, os estudos sobre os antecedentes culturais africanos da orizicultura do Novo Mundo avançaram consideravelmente. Em 2006, a etnobotânica holandesa Tinde van Andel comprou uma pequena sacola de arroz em casca num mercado em Paramaribo, no Suriname. Para sua pesquisa pós-doutoral, ela compilou um inventário de plantas medicinais e rituais utilizados no país. A mulher quilombola que lhe vendeu o arroz é uma das 200 mil pessoas descendentes dos escravos fugitivos do século XVII que vivem no Suriname e na Guiana Francesa. Depois de fazer uma palestra na Holanda sobre a sua pesquisa botânica no Suriname, um estudante de

pós-graduação que estava na audiência e que havia lido “Black rice” perguntou se havia coletado arroz durante a sua visita ao país. Van Andel lembrou-se de um saco usado nos rituais que se encontrava na sua coleção. Esta amostra provou ser o arroz africano, *Oryza glaberrima*. Mas ela precisava verificar se as sementes anteriormente adquiridas em Paramaribo eram realmente cultivadas no Suriname, e não importadas. Quando ela regressou ao Suriname em 2008 para uma conferência, van Andel contactou uma mulher quilombola conhecida por cultivar um tipo especial de arroz usado como uma oferta ancestral na religião tradicional Winti. Mais uma vez, esses grãos de arroz provaram ser da espécie africana. As comunidades quilombolas do Suriname mantiveram o cultivo de um tipo de arroz que, há séculos, havia sido introduzido através do comércio transatlântico de escravos. A pesquisa de van Andel foi acolhida com grande interesse e, em 2010, foi publicada na revista científica “Economic Botany” (Gewin, 2017; van Andel, 2010).

Esta pesquisa levou van Andel a investigar as zonas africanas de origem do arroz que encontrou na comunidade quilombola do Suriname. Ela virou-se para a linguística histórica e, mais tarde, para a genética do arroz. Suspeitando que, ao analisar os genes, a origem do arroz quilombola podia ser considerada de origem africana, van Andel lançou uma nova iniciativa. Isso foi possível graças ao trabalho anterior de uma equipe de pesquisa internacional liderada pelo geneticista Rod Wing, que completou a sequência do genoma de *Oryza glaberrima*, em 2014 (Wang et al., 2014). A iniciativa de pesquisa de van Andel incluiu o sequenciamento dos genomas das variedades do arroz quilombola e de *glaberrima* com o objetivo de verificar se eram idênticas. Em outubro de 2016, a equipe, da qual fazia parte o autor deste artigo, publicou as descobertas em “Nature Plants” (van Andel et al., 2016a). Os resultados sugeriram que a variedade de arroz africano do Suriname provavelmente teve origem nos países do Planalto da Guiné. Os arquivos holandeses das viagens negreiras à região mencionaram o arroz entre as provisões de

alimentos que os navios negreiros costumavam comprar para o cruzamento do Atlântico.

O artigo da "Nature Plants" (van Andel et al., 2016a) gerou considerável atenção na comunidade científica porque ele demonstrou a capacidade da informação contida na sequência do genoma de plantas para a verificação de movimentos de populações humanas no passado (Brown, 2016). Além disso, a abordagem multidisciplinar resultou num novo campo emergente: a utilização da genética vegetal no esclarecimento da história. Este estudo representa a primeira vez em que a genética era utilizada para identificar a introdução de culturas nas Américas por escravos. O arroz africano e a sua sobrevivência nas comunidades quilombolas como uma planta de herança comemorativa enfatizam o significado de plantas com as quais seres humanos estão familiarizados, mesmo quando a sua migração para novas paragens foi forçada, em condições inimagináveis de privações e dificuldades. Esta visão inspirou van Andel et al. (2016b) a examinarem outros alimentos africanos básicos produzidos pelos quilombolas do Suriname – do quiabo ao inhame, da banana à noz *bambara*, que também fazem parte das heranças culturais da diáspora.

Enquanto isso, em 2011, um comprovativo botânico do arroz *glaberrima* foi localizado no Museu Britânico. Foi coletado em 1849 em Matanzas, Cuba (Figura 3).

Como resultado, o mapa da difusão de arroz africano para o Novo Mundo no "Black rice" agora pode ser revisto. A Figura 4 apresenta esta revisão, indicando no mapa o local onde foi encontrado o arroz africano e onde ainda pode ser encontrado em coleções botânicas e por escavações arqueológicas.

Da mesma forma, trabalhos recentes sobre a cultura material em torno do cultivo de arroz nas Américas continuam a fortalecer a tese do "Black rice". Um próximo artigo da historiadora Grego (2021) detalha uma pá de levantamento de lama inovada a partir do *Kayendo*, uma ferramenta desenvolvida em campos de arroz de mangue da África ocidental que ainda era usada em *plantations* nas



Figura 3. Espécime de arroz *glaberrima* africano coletado em Matanzas, Cuba, provavelmente por F. I. X. Rugel, em 1849. Da coleção Shuttleworth, recebido [1877] pelo British Natural History Museum, em Londres. Foto: Judith Carney (2011).

terras baixas da Carolina do Sul no início do século XX. Ela combina fotografias históricas com visitas de campo, histórias orais e uma leitura crítica de análises secundárias, para oferecer um argumento fundamentado para as ligações da África ocidental, não apenas para as pás, mas para uma série de componentes das *plantations* de arroz, incluindo modificações na paisagem e habitação. Seu trabalho, portanto, fornece mais uma peça do complexo quebra-cabeça das influências da África ocidental no desenvolvimento das paisagens e economias do arroz nas Américas (Grego, 2021).

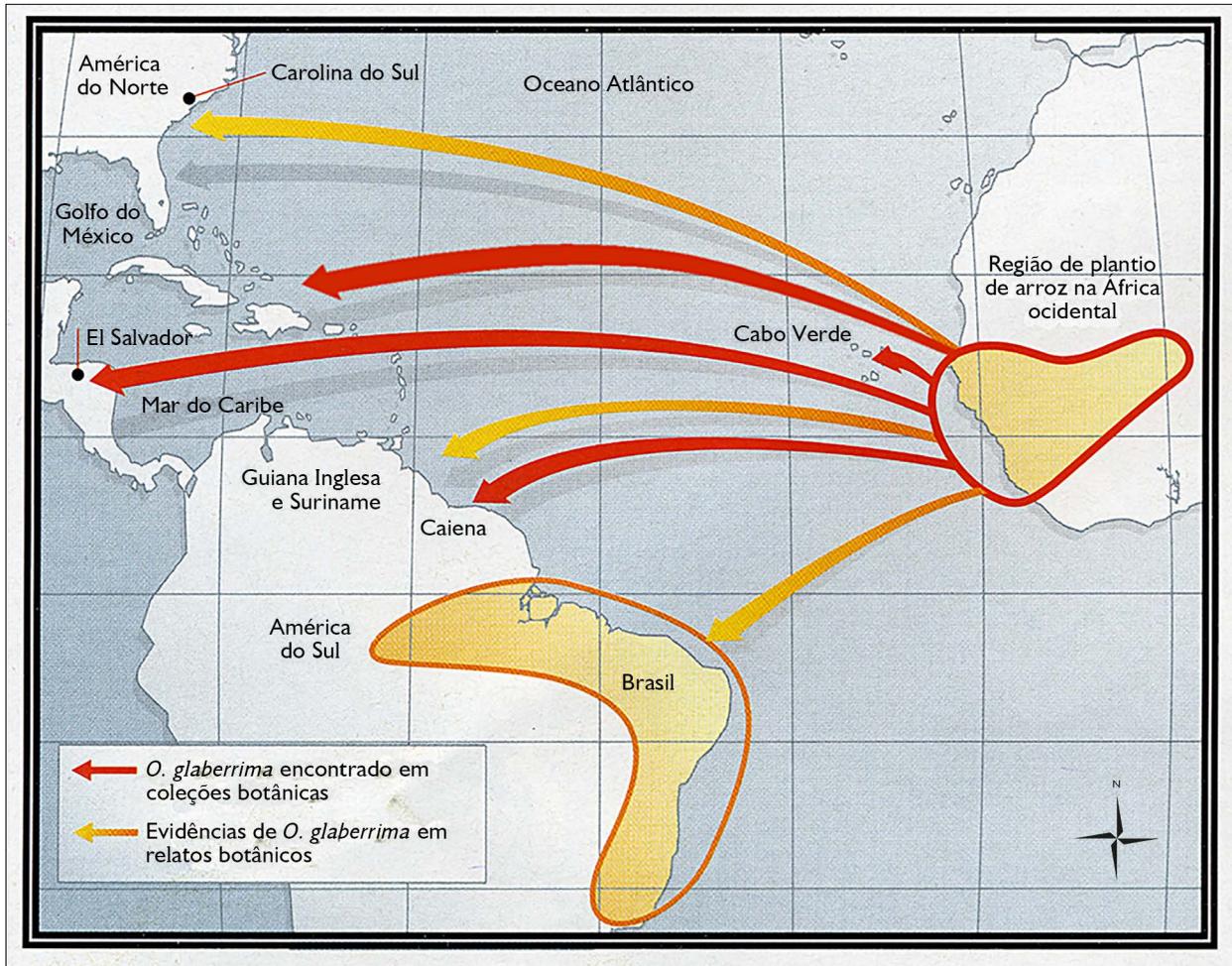


Figura 4. Mapa revisito das áreas de presença e suspeita documentadas de *O. glaberrima* nas Américas. Fonte: adaptado, com atualizações, de Carney (2001).

OS LEGADOS

Nos anos que se seguiram à publicação do “Black rice”, foram feitos avanços consideráveis relativamente à compreensão do contributo africano ao cultivo do arroz nas Américas. Se, em 1974, o historiador Peter Wood não tivesse se sentido perplexo quanto à presença de escravos orizultores na colônia da Carolina, preparados para fazer a mudança decisiva para uma economia de *plantation* de arroz, talvez a ação africana nos primórdios do arroz do Novo Mundo nunca tivesse recebido a atenção que merece. O fato de a resposta à hipótese de Wood ter criado divisões

no seio da profissão de historiadores serviu de incentivo a que outros pesquisadores estudassem a cultura do arroz africano (Wood, 1974; Littlefield, 1981; Fields-Black, 2008).

Se os estudiosos da diáspora africana se tivessem alinhado com Eltis et al. (2007, 2010) e concordado que apenas registros escritos em papel contam como evidências do passado, teria existido pouco impulso para a procura do arroz *glaberrima* entre quilombolas do Suriname ou em coleções botânicas. Talvez van Andel (2018), para citar apenas um exemplo, tivesse tido poucos motivos para registrar as histórias orais de mulheres

quilombolas no Suriname que ainda contam a sua tradição de colocar arroz no cabelo quando o trançam. Talvez ela nem tivesse pensado em proceder à análise genética de um arroz inequivocamente africano cultivado em solo sul-americano (van Andel et al., 2016). O que agora sabemos sobre a nossa história coletiva do Atlântico é o produto de um esforço acadêmico extraordinário, que veio a expandir as fronteiras tradicionais entre disciplinas. O estudo da diáspora africana e das contribuições dos escravizados à criação das Américas já não está confinado a uma única matéria.

Um contributo duradouro do estudo do “Black rice” é de ter provocado uma consciencialização pública acerca de uma segunda espécie de arroz, domesticada independentemente na África ocidental (Bray, 2015). A discussão sobre o alimento mais importante do mundo, antes confinada à Ásia e ao Pacífico, agora inclui o arroz da África ocidental e a sua distinta história atlântica. O que torna a história do arroz atlântico cativante é o reconhecimento de que as capacidades e os conhecimentos de cultivo do arroz viajaram pelas rotas marítimas da África ocidental para as Américas. Através das novas metodologias, este estudo obrigou a uma revisão das crônicas escritas, feitas por descendentes de donos de escravos no início do século XX, que reivindicavam que foram os seus talentosos antepassados os primeiros a plantar o arroz. As inovadoras metodologias de pesquisa resumidas nestas páginas desafiam a legitimidade das crônicas escritas, décadas após a emancipação dos escravos. Ao inverter as hierarquias intelectuais e de poder inerentes a tais escritos sobre *plantations* de arroz do Novo Mundo, o estudo do “Black rice” restabelece as origens da cultura do arroz na bacia do Atlântico à África, ao tráfico transatlântico de escravos e aos seus esforços de subsistência em circunstâncias que nenhum outro imigrante para as Américas teve que sustentar. Os legados desses estudos vivem na continuidade das obras que desenterram as vastas contribuições dos povos afrodescendentes para as paisagens, sociedades e economias do Novo Mundo, e além.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos profundamente a José Filipe Fonseca, pela tradução cuidadosa, e a Thiago Mota Cardoso, pela revisão atenciosa.

REFERÊNCIAS

- Adams, C., Munari, L. C., Vliet, N. V., Murrieta, R. S. S., Piperata, B. A., Futemma, C., . . . Spressola-Prado, V. L. (2013). Diversifying incomes and losing landscape complexity in quilombola shifting cultivation communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). *Human Ecology*, 41(1), 119-137. <https://doi.org/10.1007/s10745-012-9529-9>
- AHR Exchange: The question of “Black Rice” (2010). *The American Historical Review*, 115(1).
- Alpern, S. B. (2012). Did enslaved Africans spark South Carolina’s Eighteenth-Century rice boom? In R. Voeks & J. Rashford (Eds.), *African Ethnobotany in the Americas* (pp. 35-66). Springer.
- Barham, H. (1794). *Hortus Americanus*. Alexander Aikman.
- Bray, F. (2015). Global networks and new histories of rice. In F. Bray, P. A. Coclanis, E. L. Fields-Black & D. Schäfer (Eds.), *Rice: Global networks and new histories* (pp. 1-35). Cambridge University Press.
- Brown, T. A. (2016). Plant genomics: African origins of ‘black rice’. *Nature Plants*, 2, 16148. <https://doi.org/10.1038/nplants.2016.148>
- Cañizares-Esguerra, J., & Breen, B. (2013). Hybrid atlantics: Future directions for the history of the Atlantic World. *History Compass*, 11(8), 597-609. <https://doi.org/10.1111/hic3.12051>
- Carney, J. A. (2001). *Black rice: The African origins of rice cultivation in the Americas*. Harvard University Press.
- Carney, J. A., & Voeks, R. A. (2003). Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. *Progress in Human Geography*, 27(2), 139-152. <https://doi.org/10.1191/0309132503ph418oa>
- Carney, J. A. (2004). “With Grains in Her Hair”: Rice History and Memory in Colonial Brazil. *Slavery and Abolition*, 25(1), 1-27. <https://doi.org/10.1080/0144039042000220900>
- Carney, J. A., & Rosomoff, R. N. (2009). *In the shadow of slavery: Africa’s botanical legacy in the Atlantic world*. University of California Press.
- Carney, J. A. (2017). “The mangrove preserves life”: Habitat of African survival in the Atlantic world. *Geographical Review*, 107(3), 433-451. <https://doi.org/10.1111/j.1931-0846.2016.12205.x>



- Carney, J. A. (2021). Subsistence in the Plantationocene: Dooryard gardens, agrobiodiversity, and the subaltern economies of slavery. *The Journal of Peasant Studies*, 48(5), 1075-1099. <https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1725488>
- Cascudo, L. C. (2011). *História da alimentação no Brasil*. Global Editora.
- Cassidy, F. G., & Le Page, R. B. (2002). *Dictionary of Jamaican English*. University of the West Indies Press.
- Clusius, C. (1605). *Exoticorum Libri Decem*. Ex. Officiná Plantianá Raphelengii.
- Duvall, C. S. (2019). *The African roots of Marijuana*. Duke University Press.
- Edelson, S. M. (2010). Beyond 'Black Rice': Reconstructing material and cultural contexts for early plantation agriculture. *The American Historical Review*, 115(1), 125-135. <https://doi.org/10.1086/ahr.115.1.125>
- Eltis, D., Morgan, P., & Richardson, D. (2007). Agency and diaspora in Atlantic history: Reassessing the African contribution to rice cultivation in the Americas. *The American Historical Review*, 112(5), 1329-1358. <https://doi.org/10.1086/ahr.112.5.1329>
- Eltis, D., Morgan, P., & Richardson, D. (2010). Black, brown, or white? Color-coding American commercial rice cultivation with slave labor. *The American Historical Review*, 115(1), 164-171. <https://doi.org/10.1086/ahr.115.1.164>
- Eltis, D., & Richardson, D. (2010). *Atlas of the transatlantic slave trade*. Yale University Press.
- Fields-Black, E. L. (2008). *Deep roots: Rice farmers in West Africa and the African diaspora*. Indiana University Press.
- Galeano, E. (1987). *Faces and masks: Memory of fire* (Vol. 2). Quartet.
- Gewin, V. (2017, janeiro 12). Rice reveals African slaves: Agricultural Heritage. *Anthropology Magazine Sapiens*. <https://www.sapiens.org/culture/african-rice-new-world/#:~:text=African%20rice%20is%20dark%20husked,in%20the%20unlikely%20of%20conditions>
- Grego, C. (2021). *The search for the Kayendo: Recovering the Lowcountry rice toolkit*. Artigo submetido para publicação.
- Grimé, W. (1979). *Ethno-botany of the black Americans*. Reference Publications.
- Hall, G. M. (2010). Africa and Africans in the African diaspora: The uses of relational databases. *The American Historical Review*, 115(1), 136-150. <https://doi.org/10.1086/ahr.115.1.136>
- Hawthorne, W. (2003). *Planting rice and harvesting slaves: Transformations along the Guinea-Bissau Coast, 1400-1900*. Heinemann.
- Hawthorne, W. (2010a). *From Africa to Brazil: Culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830*. Cambridge University Press.
- Hawthorne, W. (2010b). From "Black Rice" to "Brown": Rethinking the history of risiculture in the Seventeenth and Eighteenth Century Atlantic. *The American Historical Review*, 115(1), 151-163. <https://doi.org/10.1086/ahr.115.1.151>
- Jacquin, N. J. (1763). *Selectarum Stirpium Americanarum Historia*. Ex. Officina Krausiana.
- Jefferson, T. (1832 [1781]). *Notes on the State of Virginia*. Lilly and Wait.
- Knight, F. C. (2010). *Working the diaspora: The Impact of African Labor on the Anglo-American World*. New York University Press.
- Landers, J. G. (2010). *Atlantic creoles in the age of revolutions*. Harvard University Press.
- Ligon, R. (2011). *A true and exact history of the island of barbados*. Hackett.
- Littlefield, D. C. (1981). *Rice and slaves: Ethnicity and the slave trade in colonial South Carolina*. Louisiana State University.
- Long, E. (1774). *The history of Jamaica*. T. Lowndes.
- Miller, P. (1768). *The Gardeners Dictionary* (8 ed.). Printed for the author.
- Offen, K. (2018). Environment, space, and place: Cultural geographies of colonial Afro-Latin America. In A. Fuente & G. R. Andrews (Eds.), *Afro-Latin American studies: An introduction* (pp. 486-534). Cambridge University Press.
- Phillips, T. (1732). A Journal of a voyage made in the Hannibal of London, ann. 1693, 1694, from England to Cape Mounseradoe in Africa. In J. Churchill & A. Churchill (Eds.), *A collection of voyages and travels* (pp. 173-239). Churchill.
- Piso, W. & Marggraf, G. (1648). *Historia Naturalis Brasiliae*. Organizado por de Laet, J. Apud Franciscum Hackium.
- Sauer, J. (1993). *Historical geography of crop plants*. CRC Press.
- Schiebinger, L. (2005). Prospecting for drugs: European Naturalists in the West Indies. In L. Schiebinger & C. Swan (Eds.), *Colonial Botany: Science, commerce, and politics in the early modern world* (pp. 119-133). University of Pennsylvania Press.
- Schneider, J. T. (1991). *Dictionary of African borrowings in Brazilian Portuguese*. Helmut Buske Verlag.
- Sloane, H. (1707). *A Voyage to the Islands Madera, Barbados, Nieves, S. Christophers and Jamaica*. Printed by R. Bentley and M. Magnes for the author.
- Sluyter, A. (2012). *Black ranching frontiers: African cattle herders of the Atlantic World, 1500-1900*. Yale University Press.



- Steward, A. M., & Lima, D. M. (2017). "We also preserve": Quilombola defense of traditional plant management practices against preservationist Bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil. *Journal of Ethnobiology*, 37(1), 141-165. <https://doi.org/10.2993/0278-0771-37.1.141>
- Sweet, J. H. (2014). Reimagining the African-Atlantic archive: Method, concept, epistemology, ontology. *The Journal of African History*, 55(2), 147-159. <https://doi.org/10.1017/S0021853714000061>
- Trouillot, M. R. (1995). *Silencing the past: Power and the production of history*. Beacon Press.
- Vaillant, M. (1948). Milieu cultural et classification des variétés de riz des Guyanes française et hollandaise. *Revue Internationale de Botanique Appliquée et d'Agriculture Tropicale*, 33, 520-529.
- Van Andel, T. R. (2010). African rice (*Oryza glaberrima* Steud.): Lost crop of the enslaved Africans discovered in Suriname. *Economic Botany*, 64(1), 1-10. <https://doi.org/10.1007/s12231-010-9111-6>
- Van Andel, T. R., Meyer, R. S., Aflitos, S. A., Carney, J. A., Veltman, M. A., Copetti, D., . . . Schranz, M. E. (2016a). Tracing ancestor rice of Suriname Maroons back to its African origin. *Nature Plants*, 2(16149), 1-5. <https://doi.org/10.1038/nplants.2016.149>
- Van Andel, T. R., van der Velden, A., & Reijers, M. (2016b). The 'Botanical Gardens of the Dispossessed' revisited: Richness and significance of Old World crops grown by Suriname Maroons. *Genetic Resources and Crop Evolution*, 63(4), 695-710. <https://doi.org/10.1007/s10722-015-0277-8>
- Van Andel, T. R. (2018, maio 24). *How the Maroon ancestors hid rice grains in their hair*. [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=4H11bY6PGIk&t=1s>
- Voeks, R. A., & Rashford, J. (Eds.). (2013). *African Ethnobotany in the Americas*. Springer.
- Voeks, R. A. (2018). *The ethnobotany of Eden: Rethinking the jungle medicine narrative*. University of Chicago Press.
- Wang, M., Yu, Y., Haberer, G., Marri, P. R., Fan, C., Goicoechea, J. L., Zuccolo, A., . . . Wing, R. A. (2014). The genome sequence of African rice (*Oryza glaberrima*) and evidence for independent domestication. *Nature Genetics*, 46(9), 982-988. <https://doi.org/10.1038/ng.3044>
- Watkins, C. (2015). African oil palms, colonial socioecological transformation and the making of an Afro-Brazilian landscape in Bahia, Brazil. *Environment and History*, 21(1), 13-42.
- Watkins, C. (2020). Palmeiras africanas em solos brasileiros: Transformação socioecológica e a construção de uma paisagem Afro-Brasileira. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, 10(1), 150-193. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2020v10i1.p150-193>
- Watkins, C. (2021). *Palm oil diaspora: Afro-Brazilian landscapes and economies on Bahia's dendê coast*. Cambridge University Press.
- Wheat, D. (2016). *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. University of North Carolina Press.
- Wilson, M. T. (1964). Peaceful integration: The Owner's adoption of his slaves' food. *Journal of Negro History*, 49(2), 116-127. <https://doi.org/10.2307/2716203>
- Wood, P. H. (1974). *Black Majority: Negroes in colonial South Carolina from 1670 through the Stono Rebellion*. Knopf.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

J. Carney contribuiu com conceituação, análise formal, investigação, metodologia, recursos e escrita (rascunho original, revisão e edição) e C. Watkins com conceituação, curadoria de dados e escrita (revisão e edição).



ERRATA

Na página 1, **onde se lia:**

"Responsabilidade editorial: Márcio Henrique Couto"

Leia-se:

"Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique"

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 16, n. 3, e2021-e002, 2021.

